



**NIEP  
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

| TÍTULO DO TRABALHO  |  |                 |                           |
|---|--|-----------------|---------------------------|
| Eric Hobsbawm e a “anatomia da política antes da política” dos grupos sociais subalternos: bandidos e rebeldias “primitivas”  |  |                 |                           |
| AUTOR   | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)  | Sigla           | Vínculo                   |
| Igor Gomes Santos   | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia<br>Universidade Federal Fluminense | IFBA<br><br>UFF | Docente<br><br>Doutorando |
| RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)  |  |                 |                           |
| <p>O texto é uma discussão sobre os escritos de Eric Hobsbawm, especificamente, Bandidos, Rebeldes Primitivos e, em menor medida, o Capitão Swing, que são estudos sobre as formas “primitivas” de resistência, principalmente camponesa, à transição para as relações sociais de exploração capitalista. O texto se preocupa em mostrar a apropriação por parte de Hobsbawm dos estudos de Gramsci, os cadernos sobre os grupos sociais subalternos, e rebater algumas críticas as suas interpretações do tema do banditismo social e do seu conceito. O conceito de pré-político, utilizado por ele, também será debatido. Em alguns momentos passeia-se pela historiografia marxista inglesa e o projeto de compreender as lutas de classe sem classe para lançar luz sobre as proposições do autor aqui estudado.</p> |  |                 |                           |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)   |  |                 |                           |
| Grupos subalternos; Hobsbawm; política  |  |                 |                           |
| ABSTRACT  |  |                 |                           |
| <p>The text is a discussion of the writings of Eric Hobsbawm, specifically, "Bandits," "Primitive Rebels" and to a lesser extent, the "Captain Swing", which are studies on how "primitive" resistance, mainly peasant, the transition to the social relations of capitalist exploitation. The text is concerned to show ownership by Hobsbawm studies Gramsci's notebooks on the subordinate social groups, and rebut some criticisms their interpretations of the theme of social banditry and its concept. The concept of pre-political, used by him, will also be discussed. In a few moments strolling by the English Marxist historiography and the project of understanding the class struggle classless to shed light on his propositions studied here.</p>   |  |                 |                           |
| KEYWORDS  |  |                 |                           |
| Subaltern groups; Hobsbawm; politics  |  |                 |                           |
| EIXO TEMÁTICO   |  |                 |                           |
| Historicidade no e do pensamento de Marx  |  |                 |                           |

## 1 - Introdução

Há quase exatos dois anos foi lançado o livro “Antonio Gramsci em contraponto”, escrito por Giorgio Baratta. Este livro, de forma divertida, tem início com um diálogo que o autor chamou de “real maravilhoso entre Eric Hobsbawm e Antonio Gramsci”. Simulava o autor uma troca de cartas entre Gramsci e Hobsbawm e nessas cartas, nesse mundo maravilhoso, Gramsci escrevia para Hobsbawm, como que seu herdeiro:

Um fio condutor liga as nossas experiências: o seu País de Gales, a minha Sardenha; os seus rebeldes, os meus subalternos (...) Você e eu, Eric, sabemos bem, como disse Max Weber, que a modernidade é desencanto e destruiu espíritos animais e impulsos vitais, que tal como eram, nunca mais voltarão, nem nós temos desejo ou saudade deles; mas sabemos também que a modernidade queimou uma enorme quantidade de energias criativas que aqueles mesmos espíritos e impulsos transmitiram aos “tempos modernos” em formas... ainda informes que ficaram no estado embrionário e potencial, formas escravizadas, desvitalizadas pela revolução passiva.

Há cinquenta anos você trabalhava em seu esplêndido livro sobre os *Rebeldes* (itálico do autor), no qual sublinha como “muitos grupos sociais e regionais do mundo moderno” assemelham-se aos camponeses da Itália Meridional de 1920, dos quais falei e escrevi. Cita um pensamento meu: “Eles estão em perene efervescência, mas incapazes, como massa, de dar uma expressão unitária às próprias aspirações e às próprias necessidades”<sup>1</sup>.

Concluía afirmando que para dar essa unidade seria necessário intelectuais comunistas capazes de penetrar na ação das massas e, junto com elas, elaborar uma visão de mundo necessária a tais propósitos.

Exponho um pouco longamente este trecho criado por Baratta, para ressaltar alguns aspectos que tenho concordância com o autor e que serão tematizados e desenvolvidos neste breve artigo: 1) a influência do pensamento de Gramsci, sobretudo do Caderno Especial que contém as anotações sobre os grupos sociais subalternos, na realização dos estudos sobre as formas “arcaicas” de rebeldias, que inclui o banditismo, social ou não, tema também deste artigo; 2) a relação entre a passagem do mundo feudal, ou de antigo regime, para a modernidade (capitalista); 3) certa teleologia<sup>2</sup> na análise das resistências desses grupos sociais subalternos do século XVIII e início do XIX; 4) e, não menos importante, a insistente distinção entre política e pré-política que está nesses textos (as “formas informes”). Argumentarei um pouco biograficamente, o porquê de Hobsbawm manter essas distinções tão vivas em seus textos, ainda que aceite e considere as maiores críticas e riscos a esta mesma definição.

---

<sup>1</sup> BARATTA, Giorgio. Gramsci em Contraponto. São Paulo: UNESP, 2010, p. 08.

<sup>2</sup> Segundo ABBIGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução Alfredo Bosi. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 9. teleologia é “a parte da filosofia natural que explica o fim das coisas”, ou um certo tipo de finalismo, isto é: a explicação de qualquer evento do mundo consiste em aduzir o fim para o qual esse evento se dirige.” Segundo Anaxágoras “achar a causa graças à qual cada coisa é gerada, destruída ou existe significa descobrir qual é a sua melhor maneira de existir, modificar-se ou agir”. Idem. p. 458.)

Ao debater essas questões acho que ao mesmo tempo consigo travar um diálogo com alguns dos detratores da “teoria do banditismo”, como foi chamada por alguns. A primeira discussão é exatamente essa suposta teoria geral, supostamente aplicável a tudo e todos os momentos históricos e contexto sociais, que não foi a pretensão do historiador Inglês. A segunda são as acusações de evolucionismo. Argumentarei não se tratar de evolucionismo, mas de teleologia, risco de um historiador preocupado com as formas de organização política dos subalternos do seu tempo. E por fim, defendo o valor heurístico do conjunto de obras de Eric Hobsbawm, sobre as ações de rebeldia dos grupos sociais subalternos da época de transição para a modernidade capitalista-urbana-industrial.

### **1 - Hobsbawm leitor de Gramsci.**

Nas suas obras sobre os movimentos “arcaicos”, Hobsbawm cita Gramsci algumas vezes. Embora Gramsci possa não ser considerado um dos clássicos do marxismo por alguns, é o único marxista da época da segunda e terceira internacional, revolucionário, citado por Hobsbawm em seus livros para compreender as ações de rebeldias dos sujeitos pesquisados. Há, é verdade, uma citação de Lenin, mas não com o intuito de compreender a visão de mundo, a mente e as formas de organização dos camponeses setecentistas e oitocentista, mas para situar um debate com os anarquistas sobre o sentido da expropriação, isto é, o roubo com fins de fortalecer de dinheiro o cofre das organizações revolucionárias. Há também referências esparsas sobre o Exército Vermelho chinês, sob o comando de Mao Tsé Tung, que aceitou em suas fileiras grupos de bandidos, sociais ou não, na grande marcha revolucionária chinesa. Mas nenhum debate sobre como estes, tanto Lenin como Mao, viam, entendiam ou pensavam o papel que estes setores não proletários, não operários, tinham no protagonismo da história pretérita ou no devir histórico revolucionário. Como se encaixam? Qual o lugar? Como pensam? Como agem esses setores, em teoria, não portadores do germe da destruição do capitalismo? Que herança e contradições deixam para os revolucionários, já que a maioria deles é ou foi oriunda (melhor, pretendem que sejam) dos grupos sociais subalternos?

Da tomada de consciência da opressão, exploração e expropriação até a consciência de classe há um passo muito grande. É preciso, para os revolucionários, desconstruir o homem massa, ser social que é dirigido e educado a pensar como as classes dominantes; inculcados dos maiores valores ideológicos de instituições como a Igreja, a monarquia (ou os governos em geral) e a família. Instituições que a todo dia reforçam os valores da ordem, das hierarquias e da estabilidade do mundo, como que naturalmente posto entre os que mandam e os que obedecem.

Assim se processa a mente do sujeito subalterno, muita mais paciente do que agente. Gramsci se dedicou a isso. Não por acaso estudou, como tarefa revolucionária, literatura popular, folclore,

teatros populares, língua, etc. para ele, depositários e transmissores vivos e ativos de visões de mundo, absorvido dia-a-dia, pelas pessoas comuns.

Como para os grupos sociais subalternos a questão do poder, do governo, do mando, isto é, da divisão social da política, está colocada dentro de uma ordem natural e aceitável das coisas, são raras as suas pretensões e disposição para a contestação dessa ordem, a não ser em momentos episódicos, dispersos, em que os padrões e a normalidade dessa dominação saem das expectativas também organizadas pela tradição cultural subalterna. Se há uma ordem do céu, de Deus, de um chefe poderoso, que estabelece a ordem do mundo tal qual ela se revela para os homens, esse plano extra político também deve seguir a ordem da justiça, do que parece correto aos olhos das pessoas. Quando esta medida de justiça está proporcionalmente abaixo das expectativas dessa economia moral, as pessoas comuns, os pobres, os camponeses, os subalternos, recorrem a estes mesmo valores de dominação e justificam suas ações nessa mesma linguagem: sua ação normalmente é violenta, tumultuosa, castigadora. Violências contra os poderosos e mesmo contra os iguais, turbas, banditismo, saques, festas, músicas, carnaval, tudo se mistura num rompante de quebra da ordem e mostra que os de baixo recusam por vezes a condição de inferioridade.

Para Gramsci, esse era o elo perdido. Como este homem massa pode ter uma dupla consciência, ou uma consciência contraditória? Essa é a fresta por onde poderiam passar os revolucionários militantes na tarefa de fazer uma revolução em que os homens e mulheres as fizessem em nome de si mesmo. Suas tradições rebeldes existem, bem como suas tradições de aceitação da ordem. Uma é ressaltada pelas classes dominantes, caberia aos revolucionários descobrir, entender e instigar a outra.

Isso levou Gramsci a refletir e chegar a algumas conclusões interessantes e que acho que Hobsbawm assim também as achou.

Os subalternos são para Gramsci um labirinto: ora aparecem como povo, ora como classe, ora como grupo social. Eles são todos estes e ao mesmo tempo apenas um destes. São todos, pois, às vezes, certos traços culturais são expresso em todo um povo, isto é para aqueles setores não dirigentes e dominantes da sociedade que compartilham experiências e “costumes em comum”<sup>3</sup>. São também grupos sociais, pois Gramsci destaca em seus escritos que os subalternos, em determinados contextos, são indissociáveis da questão racial, de nação, de migração, de gênero, e quando adquirem determinada coesão político-corporativa se tornam uma classe<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Para Gramsci o povo é o conjunto das classes subalternas e instrumentais laboriosas. Baratta, Op.cit. p. 111.

<sup>4</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. O5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 138.

Esse momento histórico é o mais complexo. A transformação da subalternidade em ação de classe é ao mesmo tempo a quebra dessa condição, pois a subalternidade é a condição da privação da identidade coletiva voltada para uma ação em que um “nós” esteja formulado como um projeto de “auto-representação” política.

Como são dispersos, multifacetados, espontâneos, sem previsões, seus registros e sua racionalidade é de difícil apreensão para os observadores contemporâneos aos eventos e para os historiadores que os analisam retrospectivamente. Cabe ao historiador extrair dele toda forma de ser desses grupos para compreender seus aspectos centrais:

A história dos grupos sociais subalterno é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos sociais dominantes (...) Por isso todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos sociais subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral... (Gramsci: 2002, 135).

A nosso ver essa é a formula de Hobsbawm para pensar os seus rebeldes. É isso ao menos o que deixa claro na introdução do livro “Capitão Swing”, que se debruça sobre documentos e livros bem dispersos, tal qual foi o próprio movimento dos “ludistas rurais”, estudados por ele e Rudé, pra feitura do livro citado. Algumas vezes Hobsbawm parece até se desculpar por tentar dar uma racionalidade maior do que os próprios levantes tiveram. Pois dele, como historiador social e dos grupos sociais subalternos, se esperaria que se tirasse todo o “valor inestimável” das organizações, ações e mentalidades desses grupos, isto é, tentar entender como que, em determinadas circunstâncias, determinadas formas de ação social eram as possíveis para determinados sujeitos que viviam sob interferência direta de tantas relações sociais. Dar racionalidade as ações desses sujeitos era, sobretudo na década de 50 do século XX, uma empreitada que lhes retirava dos preconceitos que estavam submersos pela historiografia, mesmo a de esquerda.

(...) talvez eu tenha tendido a lhes infundir muita racionalidade, muita lógica, sejam eles movimentos pré-políticos ou movimentos políticos modernos. No geral acho que fiz isso em grande parte deliberadamente para contrabalançar a tendência, particularmente nos estudos dos movimentos pré-políticos, de vê-los inteiramente em termos de psicologia social para não dizer de patologia social (HOBSBAWM, 1979: 286).

Essa racionalização exterior do historiador, principalmente de um historiador marxista, leva necessariamente Hobsbawm a perguntas que talvez sequer estivessem colocadas para os sujeitos da sua pesquisa; como a tentativa de compreender a relação possível entre projetos políticos no interior das rebeldias, dos levantes, banditismos e turbas, sem falar na questão mais espinhosa, que era a percepção por parte do historiador sobre os antagonismos de classe movidos e deslocados pelas suas ações. Juntar o material dos arquivos, organizar a bibliografia e submeter as ações dos grupos sociais subalternos a crítica teórico-historiográfica, gerou a necessidade da conceitualização. Foi

essa polêmica conceitual alvo de historiadores que pensaram “por abaixo” as reflexões contidas em “Bandidos, “Rebeldes Primitivos” e, algumas vezes, a “Capitão Swing”.

### **3 - Pré-Político ou “anatomia da política antes da política”?**

Hobsbawm ao longo das obras *Rebeldes Primitivos* e *Bandidos*<sup>5</sup> concebe os movimentos sociais estudados como arcaicos, primitivos ou pré-políticos. Em que pese esses livros darem um peso bastante importante à Antropologia<sup>6</sup>, através das buscas dos “rituais” e de códigos culturais muito importantes para a constituição das rebeldias, como relações de parentesco, o valor da honra, nos resgates dos mitos guardados em cordéis, literatura popular, contos e lendas, foi muito atacado por seus críticos por certo evolucionismo, etapismo ou por ter adotado demasiadamente as teorias da modernização. Os termos são de fato altamente criticáveis e deveriam ser abolidos (primitivos, arcaicos, pré-alguma coisa) ao menos para a explicação que o historiador pretendia fazer, pois, na verdade, mais atrapalhou do que ajudou. Não é preciso lembrar que a utilização destes conceitos foi muito usado pelos povos “modernos”, “civilizados”, branco-ocidentais, para disseminar a idéia de promotores do progresso aos povos arcaicos, primitivos, atrasados (esse termo Hobsbawm não usa) que precisavam ser retirados da pré-história e da barbárie em que se encontravam.

Em um debate na USP, a cientista social, Maria Isaura Queiroz, se dirigiu a Hobsbawm num debate em que tinha como tema “Os movimentos pré-políticos na periferia”<sup>7</sup>:

Os defeitos que apontamos nos conceitos de pré-político estão a nosso ver, relacionados a julgamentos de valor depreciativos que persistem relativamente às sociedades consideradas pouco desenvolvidas, às camadas sociais inferiores, aos grupos que são classificados como marginais. Embora o Hobsbawm se defenda no início do artigo, de qualquer julgamento de valor, este julgamento é parte intrínseca da preposição “pré” que significa “anterior”, mas com conotação de “antigo”, de “arcaico”, até mesmo de

---

<sup>5</sup> É bom destacar que este livro surge como desdobramento de maior fôlego do capítulo primeiro do livro *Rebeldes Primitivos*. Ressalto que na 4ª edição brasileira do ano de 2010 (HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra. 2010) o termo pré-político parece ter desaparecido. Bem como idéia de primitivismo tem pouco lugar. Mas permanece aquilo que chamei de tautologia.

<sup>6</sup> Esses, para Hobsbawm, eram os cientistas sociais que se encarregavam do estudo das “sociedades pré-capitalistas ou imperfeitamente capitalistas”. Acusando-se sobre o seu modo de ver a Antropologia e como, para ele, essa ciência se direcionava. Não reconhecia essa disciplina como a ciência da alteridade, da compreensão dos estudos da diferença, como esta será assimilada tempos mais tarde por historiadores de uma “nova” geração francesa. Mesmo Thompson, influente marxista inglês, que vai fazer largo uso da antropologia, reconhecia nessa disciplina uma forma de evitar a compreensão das ações dos sujeitos fora dos costumes, códigos culturais, relações sociais, próprias a eles, buscando uma explicação intrínseca à vida social destes sujeitos, segundo seus próprios termos e códigos, para daí conseguir entender os mecanismos de dominação, que ele chamou de Hegemonia, fazendo alusão a Gramsci, e entender aspectos importantes de determinadas sociedades quando dos levantes populares. Para Thompson a antropologia ajudava o historiador para realizar a história “como disciplina do contexto”, compreender os modos de vida, a cultura, era essencial. THOMPSON, E. P. *Folclore, Antropologia e História Social*. In: \_\_\_\_ *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Ed. Unicamp: Campinas. 2010.

<sup>7</sup> O livro foi publicado em 1979, o que sugere que o debate foi ou neste mesmo ano ou alguns anos antes. Hobsbawm faz questão de iniciar sua exposição afirmando que não escolheu o tema da conferência algumas vezes durante a sua exposição. Se formos observar, seu livro “Capitão Swing” que até a publicação de 1969 na Inglaterra (aqui no Brasil em 1982), não possui mais essa definição sobre os movimentos dos camponeses no período de transição para o capitalismo como pré-políticos, nem primitivos, ainda que persista em bem poucas passagens a noção de arcaicos.

anterior a “civilização”, como é o caso de seu emprego no termo “pré-história”<sup>8</sup>. Numa sociedade e cultura como as atuais, em que a valorização recai sobre o que é moderno, o emprego de um termo que encerra o sentido de “antigo” dá forçosamente um sentido negativo e desprestigiado àquilo que foi qualificado por ele.

Assim, não é apenas pelas confusões dos termos “pré-político” e “político” traz ao estudioso da sociologia e da ciência política, que seu emprego deve ser abandonado; e também – e principalmente – devido aos juízos de valor negativos que contêm, e que caracterizam, já dentro de uma perspectiva, os fatos por ele qualificados<sup>9</sup>.

Não vejo os escritos de Eric Hobsbawm, principalmente se tomada em seu conjunto, sobre mesma ótica da crítica exposta acima. Assim como o Sociólogo Michael Lowy, vejo que Hobsbawm nutre grande “simpatia e interesse” e “até fascínio – são seus próprios termos – pelos movimentos *primitivos* (itálicos do autor) de resistência e de protesto antimoderno (anticapitalista) dos camponeses”<sup>10</sup>. Mais ainda, destaca “um distanciamento para com certa historiografia que tende a negligenciar – em função, conforme denuncia Hobsbawm, de uma deformação racionalista e modernista – esses movimentos considerando-os como sobreviventes bizarros ou fenômenos marginais”, pois assim, como argumentei com Gramsci, Hobsbawm percebe que muitos revolucionários ou militantes do seu presente, dos movimentos socialistas, eram oriundos das camadas subalternas do mundo e possuíam muitas das formas de pensar, agir e interpretar dos mundos do qual eram oriundos. Sem falar no fato de que na década de 50 e 60 o mundo ainda era muito mais camponês do que industrial urbano, e mesmo este mundo urbano era composto de muitos imigrantes de regiões rurais, o que é decisivo para o historiador, pois foi a tomada de consciência política desses grupos sociais que “fez de nosso século o mais revolucionário da História”<sup>11</sup> (LOWY: 2002, 24).

A teleologia da qual falei anteriormente está relacionada a um debate que, a meu ver, será colocado com mais clareza, e sem teleologia, no projeto historiográfico por Edward Palmer

---

<sup>8</sup> Hobsbawm fala em um momento do texto dele de pré-história do movimento social atual (movimento operário, digase). Acredito que seja essa passagem que a professora faz referência. A professora Isaura, vale destacar já era uma das críticas as teses de Eric Hobsbawm contidas nos livros *Bandidos* quando dos seus estudos sobre cangaço. Falaremos mais a frente sobre isso. A contradição no debate ficou por conta do Historiador Boris Fausto que viu de maneira diferente de Isaura Queiroz texto apresentado pelo historiador inglês. Para Fausto “o pré-político se define como a política da época pré-industrial e não como algo necessariamente atrasado, inferior. É certo que um dos seus limites está dado pela impossibilidade dos agentes históricos alcançarem objetivos viáveis para os revolucionários modernos”. Eis o aspecto do “finalismo” aqui presente. Outro participante do debate, Octavio Velho, vai chegar a falar em evolucionismo, e afirmar que Hobsbawm apesar de no início se afastar das teorias da modernização terminou por comungar com elas, ao definir moderno e atraso, e colocar as coisas como formas involuídas do presente. O que receberá a resposta mais contundente por parte de Hobsbawm, que defende a importância da revolução da industrial como uma era de modernidades que de fato mudará o mundo, independente do que achássemos de positivo ou negativo. O controle da natureza, as relações econômicas, políticas, culturais. Segundo ele haveria uma evolução de vários aspectos da vida humana em sociedade, até mesmo a capacidade e as técnicas de pesquisa, de controle da natureza, etc. Não reconhecer isso seria tão ideológico quanto uma adesão as teorias do evolucionismo social, o qual ele refuta, considerando-as perigosas e indesejáveis.

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric. Movimentos políticos em áreas periféricas. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estados Autoritários e Movimentos Populares. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 285.

<sup>10</sup> LOWY, Michael. Do Capitão Swing a Pancho Villa. Resistências camponesas ao capitalismo na historiografia de Hobsbawm. In: Politéia. Vol 02. N.01. Vitória da Conquista. 2002, p. 25.

<sup>11</sup> Idem. 33.

Thompson<sup>12</sup>, apesar de ser um projeto coletivo compartilhado pelo grupo de militantes historiadores do Partido Comunista Inglês, qual seja: a formação do proletariado em classe no contexto de transição a formas maduras do capitalismo, ou em linguagem thompsoniana, das lutas de classes sem classe<sup>13</sup>. A Transformação do proletariado em classe é uma tarefa, segundo Karl Marx e F. Engels, dos comunistas que deveriam atuar em meio aos trabalhadores para fazer-lhes avançar sua consciência de classe, isto é, a convicção política de que o Estado, sobre controle político dos trabalhadores, deveria extinguir a apropriação privada da riqueza social e da apropriação das classes dominantes do poder, sobre a guarda de uma forma política mais ou menos definida como a ditadura do proletariado.

Dessa maneira aparece todo o tempo uma comparação aberta e explícita com o movimento socialista moderno ou com o movimento operário. A partícula pré está aí posta, pois Hobsbawm nota que a luta por melhorias nas condições de vida inevitavelmente levaria a formas melhor acabadas de organização dos subalternos, aqueles, ainda do século XIX, amadureciam aquilo que vai ser tornar na linguagem de Thompson em uma “classe madura”, isto é, uma classe que já se reproduz politicamente dentro de uma linguagem, objetivos e instituições nitidamente classistas. Fruto, repito, das lutas oriundas do passado. Ressalto a questão da luta e do conflito, pois não é possível entender se tratar de, nas análises do inglês, uma evolução, mas das possibilidades estruturais criadas pelas lutas de classes em determinadas épocas que proporcionaram a outra, que Hobsbawm não nega achar mais eficiente, e finalmente achar a sua forma mais profícua. Na verdade o conteúdo exato dessas rebeldias encontrava a forma exata para se manifestar, a organização de tipo marxista, nas sociedades “democratizadas” pelos conflitos de classes.

Os homens e as mulheres não rompem totalmente com seu passado, menos ainda no campo das idéias, que se expressa numa linguagem, o produto das gerações encontráveis de um passado pré-industrial (...) onde as aspirações humanas permanecem inalteradas, embora os métodos para consegui-las e as esperanças para alcançá-la, mudem. 249. Liberdade, Igualdade e Fraternidade mudaram de sentido e participação política quando se tornaram um lema e um programa na época da Revolução Francesa, as palavras tinham, elas mesmas, conotações políticas antes disso, que, sem dúvidas, continuavam a ecoar na mente do povo.

Não há evolução aqui, mas aprendizado de luta, reconhecimento do inimigo, transformação das pautas antigas em pautas novas pelo método da ação – ainda que a pauta permaneça a mesma – mas decodificada em uma forma e uma linguagem possível, após anos de batalhas.

---

<sup>12</sup> Recentemente o historiador Durval Muniz de Albuquerque escreveu um texto chega a dizer que os estudos baseados em E. P. Thompson querem todos provar uma tese que logo de partida já tem a resposta, ou a problemática, respondida: todos querem provar a formação de ma classe, isto e=é, a invés de essa ser um ponto de chegada, a classe, essa seria na verdade o ponto a priori e teleológico de partida de todos. Chega mesmo a conclamar a superação e o fim do programa de estudo com base em Thompson. Ainda que talvez faça o mesmo que aqueles que critica, na sua relação com os estudos das teoria de Michel Foucault . ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Por uma leitura safada de E. P. Thompson. In: História...

<sup>13</sup> Citar alguns destes trabalhos.

Elas eram apenas incapazes de “atingir certos fins idealizados “tais como os modernos revolucionários sociais, mas os motivos para isso não estão na imperfeição de suas idéias e instrumentos de política, mas na inabilidade de qualquer força para conseguir objetivos para os quais as condições políticas não estão presente. Seria absurdo argumentar que, se, por acaso, Tupac Amaru tivesse sido suficientemente inteligente para inventar eles mesmo as idéias de Mariátegui, o Peru teria se tornado a República do Povo no fim do século 244 245.

Voltemos ao revolucionário sardo para explicar melhor onde queremos chegar com a nossa discussão sobre Hobsbawm. Para Gramsci, ainda nos cadernos sobre os grupos sociais subalternos, quanto maior a consciência de classe maior a consciência de Estado. Isso será importante para apreendermos como que em Hobsbawm ela expressa uma idéia que o faz compreender esses movimentos como pré-políticos: a importância e a centralidade do papel do Estado na preocupação dos historiadores sociais e principalmente da estratégia dos marxistas.

A diferença entre pré político e político é fundamental, embora a terminologia possa também levar a um mal entendido. Isto não quer dizer que não houve política antes da era da transformação industrial mas que a estrutura, organizações, dimensão objetivos e, provavelmente, acima de tudo, a linguagem da política, mudasse fundamentalmente durante esta transformação, a medida que tanto a natureza da sociedade quanto a natureza dentro da qual a ação política se processa se transformaram (...) a era do desenvolvimento capitalista produziu tanto a consciência de classe como fenômeno, caracterizando várias classes como, pelo menos, uma classe que não existia antes, o proletariado industrial. No que diz respeito ao Estado, deve-se lembrar que o Estado territorialmente organizado, como administração central, e no qual o governo atingia diretamente cada cidadão e constantemente determine suas atividades de forma negativa ou positiva é – pelo menos para as grandes áreas geográficas – um produto da era do desenvolvimento capitalista. Não se compara em tamanho com as unidades da política frontal, tais com as comunidades das vilas ou estados-cidades, ou, em estrutura, com os impérios pré-industriais ou monarquias. No mais poderoso e eficaz desses o poder estatal ou não atingia, de forma alguma, abaixo de um certo nível – por exemplo, a lei civil ou mesmo criminal não era diretamente a lei estatal ou não atingia, de forma alguma nas repartições do Estado – ou atingia de forma apenas seletiva e para certos fins limitados – por exemplo enviar cobradores de impostos.

(...) as atividades políticas dos Estados modernos deve procurar constantemente influenciar o governo central (territorial ou nacional), ao passo que nos Estados pré-industriais de grande tamanho, este objetivo é um tanto excepcional. A crença familiar – e muito difundida – que o monarca é a fonte da justiça que, se soubesse as injustiças sofridas por seus súditos, interviria para corrigi-las, não depende apenas da distância do governo central, mas do fato que quase nunca interfere nos próprios assuntos de homens e mulheres comuns. A política moderna baseia-se não somente na transformação do “súdito” (pelo menos teoricamente) no cidadão, diretamente ligado, como um indivíduo, ao governo estatal central e constantemente envolvido, passiva ou ativamente, em suas atividades, mas na suposição realística que deve procurar mudar o governo ou suas medidas; e conseqüentemente em formas (nacionais) de mobilização e organização” (HOBBSAWM: 242, s/d).

Essa sociedade de não cidadãos, mas de súditos longes e indisponíveis, e dispensáveis, para determinados governos formam um quadro em que a o universo da organização política, voltados para fins reivindicativos, conquistas de direitos, busca pela igualdade, não tem espaço. Em linguagem Gramsciana poderíamos dizer que são sociedades que não se governam ou administram pelo processo educativo, ativo ou passivo, da hegemonia. Não foram movimentos aptos ou dados a

negociatas, nem a convencimentos através da disputa de uma opinião pública. Segundo Hobsbawm eram revolucionários à sua maneira, mas nunca reformistas<sup>14</sup>. A “anatomia da política sem política” era determinada por um Estado sem pretensões hegemônicas, apenas se governando pelo mando, pela crença divina dos governantes e na crença do rei justo que nada sabem das mazelas dos seus súditos<sup>15</sup>.

É, portanto, paradoxalmente mais fácil para um revolucionário pré-político unir-se a um movimento revolucionário “moderno”, ou possivelmente para o partidarismo ou ódios de grupos pré-políticos mudarem para o nacionalismo moderno, do que pra os reformistas pré-políticos mudarem em reformistas modernos.

Não há equivalente pré-político real para arranjos modernos patrocinados pelo governo para garantir os preços agrícolas e comprar todas as provisões da fazenda, e, conseqüentemente, nenhum equivalente para as campanhas políticas para conseguir tais garantias. 248

Os movimentos pré-políticos são movimentos de ação direta, a destruição é o seu fim. Aniquilar ou colocar o adversário em situação de concessão imediata, seja pelos meios da “oração ou da insurreição”. Não é um estado em que os grupos sociais subalternos se apresentam com uma pauta contra-hegemônica. Essa ação direta seria a não política da “anatomia política do pré-político”. Um movimento que se insurge, inflama-se e dissipa-se, deixando muito pouco legado e ferramenta para a retomada da luta em situações mais propícias. Não é um movimento que joga o jogo do inimigo (a política), na arena do inimigo (o Estado), que tenta empurrar esta arena para um campo de maiores possibilidades e meios de atuação, que vise ganhar tempo, até a hora do confronto, que tenta acumular força para encarar o inimigo em condições de vitória. Aí a questão fundamental da consciência de Classe<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> A exceção fica por parte dos movimentos de turbas urbanas. Esses geralmente tinham um foco e agiam com o objetivo de protestar até a repressão ou seus objetivos serem alcançados seja pela orça da multidão, seja pelo terror que impunha aos governantes. Mas não eram movimentos de longa periodicidade, que angariavam adeptos, que objetivavam convencer a sociedade das justezas dos seus atos.

<sup>15</sup> Nesse ponto, há certa ausência no pensamento do historiador inglês sobre uma teoria de um Estado pré-político. Seria de fato possível? Se ele mesmo assume em um momento do seu texto que o puro controle e monopólio das armas serem um fato político. O Estado ao Antigo Regime não era em parte isso? Controle das armas em comunhão com a arma da religião? Pré-político seria só movimento oriundo desse Estado? Com isso ressaltado que esse desdobramento do texto sobre Estado sem hegemonia, não é uma discussão feita pelo autor, de forma direta, com o fim de montar um arcabouço explicativo mais inteligível sobre o Estado.

<sup>16</sup> Hobsbawm não discute o seu conceito de política, quando o faz, faz mais na negação daquilo que não é o pré político. Mas no geral acho que se aproxima um pouco desse trecho definido por Chico de Oliveira: “é a reclamação da parte dos que não tem parte, e por isso se constitui em dissenso. Nessa acepção, os que fazem política se distinguem por pautar o movimento do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa um campo específico do qual o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política... Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia... OLIVEIRA, Francisco, RIZEK, Cibele Saliba. A Era da Indeterminação. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010, p. 15 e 16.

Estes movimentos, na maioria das vezes, sequer colocam a derrota dos seus inimigos (inimigos estes que podem ser provisórios) como alvo, pois não são movimentos que discordem dessa concepção de mundo herdada de seus pais, avós e religiões, em que o mundo é claramente dividido entre quem manda e quem obedece, ricos e pobres, grandes e pequenos. O mundo é injusto, mas que a injustiça deve ter limites não humilhantes para os pobres; que os pobres apenas não podem ser muito pobres.

Gramsci nas anotações do caderno sobre os subalternos diz que quanto maior consciência de classe, mais consciência de Estado. A consciência de classe, um pouco antes nesse texto exposta, não existiria, logo o problema do Estado, para Hobsbawm, não poderia também ser colocado, levando a rebeldias pré-políticas, pois o elemento central do poder não estaria em questão como nos movimentos sociais modernos (movimento operário).

Por fim, há, para compreender essa questão sobre as classes sociais e seus limites políticos, de se entender quem é o sujeito histórico dessas rebeldias nos escritos de Hobsbawm. São, sobretudo, os camponeses, ou homens e mulheres em sociedades em que as tradições rurais, ainda pesava mais do que a novas idéias urbanas. Marx do “Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” é explicitamente citado em passagens dos textos sobre os primitivos. Os camponeses seriam e não seriam uma classe. Eles viveriam formas de sobrevivência, de trabalho, de costumes, muito semelhantes, do sul ao norte da França, compartilhavam de certas experiências que lhes compeliavam a entender-se com classe, contudo na história política francesa, os camponeses sempre se apresentavam representados politicamente por outros grupos sociais, não se constituíam em uma classe para si, mas apenas em si<sup>17</sup>. Essa mesma fórmula, porém escrita de outro modo por Gramsci no caderno já citado, encontra-se literalmente citada nos textos de Hobsbawm:

Aquilo que Antonio Gramsci disse a respeito dos camponeses do Sul da Itália, na década de 1920, se aplica a um grande número de grupos e de áreas do mundo moderno. Elas estão “em perpétua fermentação, como massa, porém são incapazes de dar uma expressão concentrada às próprias aspirações e às próprias necessidades”<sup>18</sup>.

Hobsbawm não recusa o programa que ficou celebrizado pelo marxismo Inglês, das lutas de classes sem classe, acredita ele se tratar de lutas de classe. Contudo, não é apenas uma falta de consciência de classe que resolve o problema, mas a impossibilidade de atingi-la, pois a política do século XVIII, XIX, e mesmo início dos XX, para os subalternos, ainda não tinha alcançado essa linguagem propriamente política da qual faz uso e é usada para se atingir e reforçar as identidades de classes, isto é, as identidades propriamente voltadas para uma consciência de Estado e da possibilidade de se

---

<sup>17</sup> MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Cap. 08.

<sup>18</sup> HOBBSAWM, Eric. Rebeldes Primitivos. Estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais do século XIX. São Paulo: Zahar, s/d, p. 22.  
Idem. Bandidos. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 201.

apropriar dele ou mesmo destruí-lo em nome da extinção das desigualdades e exploração, das quais os movimentos “arcaicos” já se manifestavam de forma audaciosamente contrária.

### 3 - Teoria do banditismo social ou uma história estrutural do banditismo

Um dos primeiros e maiores críticos de Eric Hobsbawm e seus estudos do banditismo é Anton Block. Este mesmo em um dos seus escritos saiu em uma rápida defesa de Eric Hobsawm, afirmando que alguns dos críticos do livro do historiador inglês promoviam “uma banalização vulgar do modelo de Hobsbawm”<sup>19</sup>. Essa banalização, afirma o próprio autor de “Bandidos”, é a tentativa de submeter a teste os escritos dele sem medir a real proposta de seus estudos: o que ele chama de uma “história estrutural do banditismo”<sup>20</sup> seria observar como em diversas sociedades de características agrárias que experimentavam uma transição para algum tipo de modernização, principalmente a de tipo capitalista, ou alteração de padrões sociais (invasão nacional, ascensão capitalista, ameaça dos valores comunitários, etc.), tinham lendas, mitos, contos, fábulas, baladas, literatura ou cordéis que exemplificavam um tipo de herói do povo, o bandido.

Teoricamente Hobsbawm pensa estrutura da seguinte forma, que tem muito a ver com a sua pretensão de estudos dos bandidos, que, por sua vez, tem tudo a ver com a sua concepção de história social:

Na dicção francesa a “estrutura” de deve ser vista na “conjuntura”, embora este termo não deva ser considerado excluindo outras formas e padrões de mudança histórica, talvez mais relevantes. *As tensões as quais a sociedade está exposta no processo de mudança histórica e transformação permitem então que o historiador exponha, em primeiro lugar, o mecanismo geral pela qual as estruturas da sociedade tendem a simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios* e, em segundo lugar, os fenômenos que são tradicionalmente o tema de interesses de historiadores sociais, como, por exemplo, a consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais<sup>21</sup> (grifos meus).

Este bandido, que ganhava o amor do povo, Hobsbawm vai chamar de bandido social. Ele normalmente era um proscrito, um banido (de onde se origina o termo bandido) de seu próprio povo por defender determinados costumes e práticas sociais de suas comunidades, na maioria camponesas, contra aquilo que se considerava excessivamente opressivo pelos padrões habituais, ou devido a rupturas de códigos de honra e condutas consideradas estranhss, geralmente vindas de inimigos estrangeiros, ou por leis impostas de fora para dentro.

Em geral, os autores que debatem com Hobsbawm seus objetos de pesquisa, nada têm de social ou alguns são, de partida, duvidosamente social. O marxista inglês toma com seu objeto de pesquisa e tenta compreender as sociedades que produziram bandidos eternizados pela cultura e tradição popular, que teria na tradição oral, deixado registros dos seus feitos, de seu destemor, de

---

<sup>19</sup> Idem. Bandidos. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 201.

<sup>20</sup> Idem, p. 25

<sup>21</sup> Idem. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 94.

sua benevolência para com os pobres e censuras violentas aos ricos, invasores ou não respeitadores de códigos costumeiros de seus povos<sup>22</sup>.

Existem diferentes tipos de bandidos para Hobsbawm (bandidos anti-sociais, bandoleiros, salteadores, bandidos oficiais, bandidos sociais reformistas e revolucionários, barões do crime, tribos e castas criminosas, expropriadores [sub-sessão dos revolucionários], só para citar alguns) e ele tece um comentário para cada um e podemos dizer que há mesmo nos escritos deles proposições e sugestões para se fazer um estudo do banditismo não social.

No espectro dos bandidos sociais eles também se dividem em vingadores (que entram para o crime para conseguir uma vendeta, normalmente relacionados a crimes contra a honra familiar, principalmente das mulheres, ou contra disputas de propriedade de terra), expropriadores (seriam bandidos, pois alguns deles adentram para o crime, tendo antes feito parte de agrupamentos revolucionários que expropriavam bancos e trens em sua maioria), o ladrão nobre (o típico Robin Hood, que assalta dos ricos para dar para os pobres, ou, mais friamente, que assaltam comerciantes e viadantes e de alguma forma compra o silêncio com a repartição do butim) e os Haiduks (sua tradução é tropeiro de gado, pois indica a origem social destes bandidos das regiões sudeste da Europa que decidiram se afastar da vida camponesa e viver de furtos contra os latifundiários cristãos e contra os comerciantes turcos que invadiam as suas posses territoriais).

Tipos como os Haiduks podem ser vistos na Argentina do século XIX e início do XX, por exemplo, sociedade agrária de tradição de pecuária, que vivia em confrontos territoriais nas disputas pelas fronteiras Platinas. Bem como Robins Hoods e contos de tipos parecidos se espalham por toda Europa. Sem mencionar os expropriadores, que adentram ao crime, bem conhecidos da história recente do Brasil e que foi o caminho de muitos grupos anarquistas na Espanha e Catalunha. Os crimes de honra são os mais conhecidos e podemos remontar aqui mesmo no Brasil, seus maiores pesquisadores afirmam ser a vingança um dos maiores motivos para a entrada no cangaço.

Queremos mostrar que de tal forma os bandidos nessas sociedades de transição são parte importante de um processo de perda e restabilização do equilíbrio social. A explicação de Hobsbawm sobre o banditismo é parte de um estudo que coloca o debate sobre a crise e sobre a transição e, principalmente, sobre as condições das lutas de classe em momentos de crise e

---

<sup>22</sup> Esse é um dos pontos que mereceu autocrítica por parte do autor aqui tematizado. Seus debatedores o acusaram de ter acreditado demais nas fontes oriundas da tradição oral camponesa, sem a necessária contraposição com documentos mais “confiáveis”, o que teria feito Hobsbawm abordar o banditismo apenas de baixo para cima, sem perceber os movimentos das classes dominantes na organização, difusão e incentivo de banditismos e que por isso não poderiam ter o caráter social que Hobsbawm lhes atribuía. Apesar de aceitar essa crítica e desenvolver um novo capítulo no livro “Bandidos” (“Bandidos, Estado e Poder”), ele mostrará como determinadas questões já estavam colocadas, apenas não desenvolvidas com maior apuro.

transição, um tema clássico do marxismo. Contudo esta crise e essa transição não obtiveram saídas internacionalistas e emancipatórias dadas as condições das forças produtivas e da estrutura social e política dos movimentos desses períodos. Contudo, assim como o movimento socialista moderno deve se preparar e agir, e como a história provou que agiu. Crises e transições são momentos de abertura ou de aperto dos limites políticos e sociais. De ambas as formas, elas podem gerar reações por parte dos movimentos seja pela excessiva transposição dos limites considerados toleráveis de opressão e pobreza, como leis impostas de fora para dentro, como no caso da ausência de limites pela próprio desenvolvimento da acomodação um novo tipo de organização social.

Para averiguar esses momentos de crise histórica o que propõe Hobsbawm não é uma teoria, mas uma História social que lide com as complexas relações de reciprocidade entre infra e superestrutura tal qual a história agrária, o desenvolvimento do capitalismo e suas expropriações, o patamar das lutas de classes, a burocracia administrativa, reguladora de conflitos no campo (como os juízes de paz ingleses no século XVIII e os nossos no século XIX), o poder e capacidade militar, as tradições e as rupturas de costumes, etc. Veremos alguns destes aspectos na seção seguinte, em que abordarei, bem brevemente, alguns dos argumentos se lançaram contra o marxista Inglês.

#### **4 – Crítica da crítica aos estudiosos da cultura política e proposição para um estudo**

Frederico Pernambucano de Mello<sup>23</sup> é o maior e mais competente cientista social dessa vertente que aqui estarei denominando de culturalista. Esse autor criou uma explicação para compreender a prática de violência nos sertões que ficou largamente utilizada pela historiografia do banditismo aqui no Brasil. Sua tese versa sobre o que denominou “escudo ético”. Para ele a explicação para a proliferação do cangaço no sertão nordestino teria a ver justamente com essa tradição cultural do homem do nordeste de aceitar a violência como aspecto positivo de demonstração de valor, moral e honra. Portanto inúmeros coronéis e médios proprietários de terra teriam tão boa relação com tantos agrupamentos de cangaceiros, dando-lhes abrigo, cultivando sua amizade. O autor aproveita para criticar marxistas, como Rui Facó (seu principal alvo) – mas também, obviamente Eric Hobsbawm – que escreveram sobre a existência do cangaço ser atribuída a uma forma de resistência do homem camponês que era oprimido pelo latifúndio. Tese esta que nenhum autor marxista, ou mesmo aqueles com diálogo aberto com o marxismo, não mais sustentam. Para Mello, ao contrário, os “coronéis sem terra”, como chamavam os cangaceiros, estava relacionado diretamente com as classes senhoriais devido a esta solda cultural (o escudo ético) de valentia, poder e prestígio. O prestígio dos coronéis era reforçado pela relação com os grupos e por sua vez os cangaceiros enriqueciam prestando serviços aos coronéis e legitimando seus

---

<sup>23</sup> DE MELLO, Frederico Pernambucano. Guerreiros do Sol. Pernambuco. Girafa, 2004.

atos ilegais pelo poder judicial da casa da fazenda, assim se fez a relação profunda entre coiteiros e cangaço.

Novas pesquisas, principalmente oriundas dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, analisam, no século XVIII, a formação de bandos de criminosos em Minas Gerais. Essas pesquisas fazem amplo uso do conceito de “escudo ético” formulado por Mello. E vão além, juntando a este aporte uma interpretação sobre a formação do sertão como lugar onde se realizou e se consolidou a cultura da mestiçagem. Religiões, sociabilidades, arte, táticas de luta, raça, etc., tudo seria mestiço no sertão. A tese do escudo ético é retomada nesses estudos, pois, a “cultura sertaneja”, que é a “cultura mestiça”, teria feito de grandes fazendeiros, grandes potentados comandantes de bandos criminosos.

Nesses trabalhos o conceito que fazem larga utilização é o de “cultura política”, retirados das obras ditas da nova história política, capitaneada por René Remond e alguns historiadores vinculados a ele.

São trabalhos de qualidades insuspeitas, contudo a “determinação em última instância” da cultura, dos valores, do imaginário, cria certa aparência de uma sociedade em que subalternos e ricos fazendeiros faziam parte de “uma classe só” (um sertão de uma só classe), como Thompson definiu criticamente a historiografia Inglesa do século XVIII da Inglaterra em “Patrícios e Plebeus”<sup>24</sup>. Essa sociedade que os historiadores pintaram como de proximidade calorosa entre ricos e pobres, entre a gentry e os camponeses e artesãos, deixou de ver um sem número de resistências e movimentos autônomos possíveis dos subalternizados dentro de uma ordem paternalista. Aonde estes autores vêem cultura sertaneja e mestiça como uma unificação horizontal da sociedade, onde se vê um escudo moral de todo um modo de vida, Thompson, leitor de Gramsci, talvez visse como “hegemonia cultural” de uma classe sob a outra.

Aliás, é o próprio Thompson quem nos alerta do perigo de conceber cultura como um conceito aplicável a um povo, uma nação, a um território, como uma forma de entender a realidade do passado de uma forma “ultraconsensual”, como uma “forma de sistema”. Ainda assim Thompson não joga o conceito fora, mas busca entendê-lo como uma dinâmica de múltiplos “feixes” em que as formas que estas se apresentam na arena social são “localizada[s] dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> THOMPSON, E. P. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 25-85.

<sup>25</sup> Idem. Costumes em Comum. São Paulo: 2004, 13-24.

A baliza crítica de Hobsbawm, como já foi dito aqui, é esse projeto historiográfico comungado de formas diferentes (não sem conflitos as vezes) pela historiografia inglesa e pelas pistas e sugestões e pistas de Antonio Gramsci, que delimita como possibilidade investigativa sobre o caráter, modalidade e consistência das iniciativas dos grupos sociais.

Este reforço da relação cultural que propiciava o encontro entre bandidos e potentados se deu sempre na refutação do livro *Bandidos* de Eric Hobsbawm. Os autores “colocavam abaixo” as teorias do historiador inglês, mostrando como no mundo do crime existe muita mais presença do mundo senhorial do que Hobsbawm supunha. Não comentaram estes historiadores o pós-escrito de Hobsbawm, publicado no Brasil somente agora, em 2010, mas publicado internacionalmente no início da década de 1980, data anterior a maioria destes escritos, no qual o mesmo afirma a não possibilidade de comparação entre criminosos comuns e os bandidos sociais analisados por ele. O autor faz uma autocrítica em que afirma não ter dado a devida atenção à relação entre banditismo e política e que isso o fez perder de vista uma parte das relações desses bandidos, incluindo aí a relação com as classes dirigentes. Contudo contrapô-lo com bandidos que sabidamente nada tiveram de “social” e que se organizaram nas franjas do curral de um potentado não é o melhor dos métodos<sup>26</sup>.

Nesse mesmo pós-escrito Hobsbawm sugere questões interessantes para pensar os chamados bandidos comuns. Estes não procuravam o reconhecimento social, nem grandes demonstrações públicas de valentia, mas ao contrário, vivem na e da clandestinidade, se relacionando apenas com pessoas de “confiança”, “ou uma rede de apoio” bem específica de “refúgio e abastecimento”<sup>27</sup>, incluindo aí também pessoas das classes dominantes e evitando o contato demasiado com os camponeses, pois estes muitas vezes não gostavam da sua presença, pois significava além da perda de suas provisões a aproximação do poder militar e imposição de códigos e regras culturais burocráticas e alienígenas, além da repressão recair algumas vezes a todos. Para o historiador inglês, como também aqui sugeri, os bandidos se proliferavam em épocas de crise social, carregados pelo contexto crítico, ao crime, mas das crises tirando também proveito, por conta dos grandes fluxos migratórios, de fraquezas militares de determinadas regiões, piorando muitas vezes o abastecimento e a segurança da gente comum e não apenas senhorial.

---

<sup>26</sup> Isso não o isenta de ter visto bandidos sociais onde ele não existiu. Contudo Christopher Hill, num dos últimos capítulos do livro *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 605-612, confirma a tese do banditismo social através das análises das formas de legitimação dos crimes contra os ricos, encontradas nas passagens bíblicas de condenação à riqueza, a luxúria e a usura.

<sup>27</sup> HOBBSAW. 2010, p. 206

Ainda assim, insiste Hobsbawm, há uma tendência desses historiadores hiper valorizarem a agência das classes dominantes e subestimar as iniciativas independentes, que de que falou Gramsci. O simples fato de camponeses pegar em armas e constituiria por si só um fato político, na maioria das vezes esses camponeses pegam em armas e posteriormente, quando sua presença militar é tida como uma das condições de relação de força de determinada localidade, é que a interação entre bandidos e classes dominantes não só é realizada mas Tb necessária. Qual classe senhorial armaria seus camponeses livres? Já que a condição do banditismo é ser livre e não servo, nem preso a laços senhoriais feudais. Os bandidos que são aceitos pelos senhores ou classes superiores, são aceitos, portanto pelo poder da arma, que faz dele um homem que se impôs, um homem e de honra e conduta e que demonstra não só para as elites, mas para os camponeses a “explicitação da negação da inferioridade”. É a reação de homens livres em sociedades de homens não livres. O banditismo prova a força dos pobres, fracos e sem capacidade de resistência. Por tudo isso, por mais que Bandidos amados pelo povo fossem pegos em flagrantes relações com determinadas figuras das classes dominantes, isso não os faria deixar de ser amado pelo povo. Isto poderia vir a acontecer caso este bandido fosse pego em situação de negociata com agentes estrangeiros, com invasores, com senhores maus, mas em tese determinada maldade acontecia devido ao fato “do rei não saber” da opressão que passavam. As comunidades de bandidos, mesmo as dos sociais, possuíam hierarquias bem rígidas, bem como as sociedades camponesas, dos quais fizeram ou nunca deixaram de fazer parte aqueles bandidos. O respeito a ordem, a autoridades, achadas elas como justa, não eram absurdos nem para bandidos nem para camponeses. Na verdade Hobsbawm mostra como que mesmo bandidos sociais podem ser violentos e sanguinários, com outros camponeses, conquanto não mexa com determinada comunidade da qual ele mesmo criou raízes ou de onde vêm suas raízes. Esse jogo político era medido e levado em conta por eles, até mesmo para serem deixados em paz pelas autoridades policialescas da burocracia.

Quando Gramsci fala das ações “continuamente rompidas” dos grupos sociais subalternos, isto é também estabelecer relações de apassivamento através da sutileza do consenso, da adesão molecular ou coletiva de grupos ou pessoas em estado de rebeldia, para planos e projetos das elites dirigentes. Gramsci demonstrou isso largamente no seu caderno sobre o Ressurgimento, conhecido pela sua formula da revolução passiva. Não afirmo que seja este aqui o caso. Gramsci retratou lá um movimento revolucionário, com seus intelectuais orgânicos formados e que disputavam em torno de projetos claros e distintos, mas, outro leitor de Gramsci, Thompson, conseguiu enxergar uma ação de hegemonia cultural, isto é uma hegemonia que não pode ser propriamente política, pois se tratar de uma sociedade que a hegemonia, como discuti ainda não está posta como forma de governo.

Hobsbawm resgatou essas iniciativas autônomas e independentes e soube, a meu ver, capturar bem a lição de Gramsci ao historiador e soube capturar, ainda que sob uma linguagem eivada de teleologias, o “valor inestimável” que aquelas formas de organização possuíam.

## 5 Conclusão

Em um texto sobre Hobsbawm, Aldo Agosti<sup>28</sup> relaciona a forma do inglês de enfrentar os estudos com as questões da vida do mesmo, a seguinte assertiva: “nós historiadores operamos naquela zona cinzenta onde a investigação e até mesmo a escolha daquilo que a história é, sofrem constantemente a influência do que nós somos e o que é que nós queremos que aconteça ou não aconteça na realidade”<sup>29</sup> (p. 114).

A vida de do marxista inglês foi marcada desde sempre do crescente terror anti-judáico. Por conta disso teve que deslocar muito cedo de Viena para Berlim, onde, segundo o próprio Agosti, a perseguição aos judeus ainda era mais branda do que na elitista Viena. Mas apesar desse arejamento, também não foi possível se manter na capital alemã e Hobsbawm muda-se para a Inglaterra para viver com familiares que por lá residiam, já que seu avô tinha ido morar lá nos anos 70 dos oitocentos. Uma vida cercada pela perseguição religiosa como política do Estado Nazista. Por conta dessa vida, engajou-se muito precocemente na luta anti-fascista e em organizações de juventudes comunistas. Na Inglaterra, após serviço militar, terminou seus estudos em Cambridge, onde escreveu monografia sobre o movimento Fabiano. A história dos trabalhadores e dos lutadores já os interessava. Sofreu algumas perseguições pelo seu engajamento o que fez com que sua carreira, apesar do reconhecimento do seu brilhantismo, tardasse em ganhar projeções maiores ou de acordo com seu talento. Esta é a sua vida e a sua vida faz com que o historiador pretenda um outro mundo... como ele disse, é nessa zona cinzenta que entendemos o nosso autor.

Quando um dos debatedores de Hobsbawm o acusa de, alguma forma de etnocentrismo ao analisar os movimentos dos grupos sociais subalterno do século XIX como pré político, afirmando que Hobsbawm, inferiorizava as sociedades em que a política ainda se decide por demais através de suas tradições familiares, religiosas e que, etnograficamente falando, essa seria a forma de algumas sociedades fazerem política ou religião; a política passar por dentro da religião ou mesmo ser uma coisa só, nosso historiador aqui em questão, argumenta com uma grande conhecimento, de quem iniciou seus primeiros estudos sobre a questão agrária na África do Norte ou do grande conhecimento que possuía pela questão do Estado de Israel, dizendo que há sempre um risco de fazer determinadas separações, mas que em alguns momentos elas (por exemplo religião e política) tem de serem separadas, pois pode se incorrer no risco ainda maior, que é de não se preservar

---

<sup>28</sup> O Exame de uma vida: perfil de Hobsbawm como historiador. In: Novos Temas. Vol. 01, p. 111-132.

<sup>29</sup> Idem, p. 114.

questões tão sagradas para os socialistas, como o Estado laico, um Estado voltado para o cidadão, todos os cidadãos, independentes de etnias e raças ou clãs familiares.

Nesse momento é inteligível a sua percepção, sua intenção no debate: os movimentos dos rebeldes primitivos, podem se potencializar através de questões não políticas, para usar seu próprio jargão (ou seja, fazer política com o eixo centralizado em questões éticas, de honra, de religiões, nacionalismos, etc.), porém os movimentos reacionários que ascenderam na Europa no início do século XX, resgatava parte desses conteúdos, porém sem a sua rebeldia contestatória aos poderosos. Nesse debate ele alertou para os seus contendores que essa era uma forma de ver essa visão de mundo dos grupos sociais subalternos, uma forma rebelde, mas que ao fazer isso, também estava atento, e atentando, para os militantes, intelectuais que ela opera ainda na política de alto Estado. Assim, se recusa de certa maneira a entender como natural essa forma de condução da vida política das pessoas.

Falava aí o perseguido religioso, o rapaz que conseguiu crescer individualmente e intelectualmente num país em que certa meritocracia estava acima mesmo de preconceitos religiosos e políticos, que nunca deixou de sofrer. Falava aí também o historiador que admirava de forma quase pueril a Revolução Francesa, o iluminismo, seu anti-clericalismo, sua anti-magia, seu anti-absolutismo, seu laicismo, o ideário contraditório de liberdade, igualdade e fraternidade. Não a toa, ele, apesar de não ser francês, polemizou duramente com os historiadores revisionistas e negacionistas da revolução, que, na época do bicentenário do acontecimento, atacavam as conseqüências da revolução ou mesmo diziam que se ela não tivesse acontecido a França teria chegado aos mesmo resultados porém sem as mortes, sem a turba, etc. Hobsbawm escreveu um libelo de história, Historiografia, política e Filosofia, no livro *Ecos da Marselhesa*<sup>30</sup>, para rebater a detração midiática e conservadora, no rastro da crise do leste europeu, que sofria os acontecimentos iniciados em 1789. Hobsbawm, em outro texto, chega mesmo a dizer que os países que aderiram ao nazi-fascismo, e suas variantes, foram os países que menos foram afetados pelos impactos da revolução Francesa, que a ela mais se fecharam.

A trilogia sobre as ações dos rebeldes rurais pré-capitalistas deixa evidente que por trás daquelas obras historiográficas, o programa do historiador estava ali, tentando fazer emergir mais tons de vermelho naquela zona cinzenta que ele se debruçava, esperando o emergir de novas rebeldias.

---

<sup>30</sup> São Paulo: Companhia das Letras, 1990.